

29/06/2016 - Sinttel-ES

## Senado quer ouvir Anatel e presidente da Oi sobre crise na operadora

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado aprovou nesta terça, 28/6, a realização de uma audiência pública com os presidentes das Anatel, João Rezende, e da Oi, Marco

Schroeder, para tratar da crise enfrentada pela operadora, que pediu recuperação judicial há uma semana diante da incapacidade de honrar R\$ 65 bilhões em dívidas.

“É uma situação gravíssima. E o que se fala é que o governo federal, que tem através dos bancos federais aportado recursos, pode ter um grande prejuízo. Essa recuperação judicial aconteceu em função da falta de fiscalização da Anatel, que fecha os olhos, é conivente, na fiscalização dessas empresas prestadoras de serviço”, disparou o presidente da CMA, Otto Alencar (PSD-BA), autor do requerimento de audiência pública.

Para outros senadores presentes à reunião desta terça na CMA a crise na empresa também



revelaria falhas da agência reguladora. “Como a Anatel deixou chegar a esse ponto? Evidentemente que a situação da Oi e esses R\$ 65 bilhões não aconteceram do dia para a noite. Isso é resultado de vários anos, de má

gestão, irresponsabilidade. Temo que esses R\$ 65 bilhões saiam do bolso do povo brasileiro”, emendou Ataidés Oliveira (PSDB-TO).

“A Anatel teria condições de, lá atrás, identificando situações dessa natureza, de pré-falência, de dificuldades financeiras, fazer a intervenção. A Lei permite. No momento que se identificou problemas de gestão, fazia-se a intervenção no nascedouro do problema e não deixar chegar onde chegou”, emendou Otto Alencar. Embora tenha defendido “marcar rapidamente” o debate, a audiência ainda não tem data para acontecer.

**Escrito por: Luís Osvaldo Grossmann -  
Convergência Digital**



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

29/06/2016 - Telesíntese

# Justiça do Rio aceita pedido de recuperação da Oi

**Concessionária deve aprovar pedido, ainda, em assembleia de acionistas. Mas prazos legais já estão valendo. Em 60 dias deve apresentar um plano detalhado para a recuperação. Enquanto isso, Anatel deve indicar uma empresa para**



A Justiça fluminense aprovou, ontem, 29, o pedido de recuperação judicial da Oi. O deferimento foi dado pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro. Com isso, terá 60 dias para apresentar um plano de recuperação. O tribunal, no entanto, destacou que em 22 de julho os acionistas da operadoras devem aprovar o pedido de recuperação para que seja levada a cabo.

Caberá à Agência Nacional de Telecomunicações o próximo passo. A agência deverá apresentar, em cinco dias, o nome de cinco empresas especializadas em administração judicial para tocar a recuperação. Uma será escolhida pela Oi, com aval da Justiça, para ser o administrador judicial.

Fazem parte do plano as subsidiárias Oi Móvel S.A., Telemar Norte Leste S.A., Copart

4 Participações S.A, Copart 5 Participações S.A., Portugal Telecom International Finance BV e Oi Brasil Holdings Coöperatief U.A.

Com a aprovação da Justiça, a Oi fica dispensada de apresentar certidões negativas para manter suas operações. Também foi reassegurado o prazo de 180 dias, pelos quais a Oi não poderá ser cobrada, judicialmente, de suas dívidas. A empresas também fica autorizada a participar de licitações.

Ao longo dos próximos 180 dias, a Oi não precisará dar publicidade a protestos ou inscrição em órgãos de crédito, apresentar contas mensais ao tribunal. Aos credores, fica a permissão para montar um comitê de negociação. A empresa destacou, em comunicado ao mercado, que a recuperação visa manter a o funcionamento, garantindo a entrega dos serviços aos usuários. Ontem, durante a ABTA 2016, o diretor de varejo ressaltou que a operação segue intacta, inclusive com aumento nos investimentos.

A companhia pediu recuperação judicial no último dia 20 de junho, quando apresentou uma relação dos credores e montante a pagar que chega a R\$ 65,4 bilhões. Quase a totalidade do endividamento é financeiro – diz respeito a créditos tomados junto a bancos estatais e privados, e a títulos emitidos pela companhia no Brasil e no exterior, adquiridos por fundos de investimento.

## Mais Médicos: ONU destaca relevância do programa brasileiro



O Programa Mais Médicos foi considerado uma das boas práticas relevantes para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A informação consta da publicação “ Good Practices in South-South and Triangular Cooperation for Sustainable Development” (em português: ‘Boas Práticas de Cooperação Triangular Sul-Sul para o Desenvolvimento Sustentável’).

Esta publicação é a primeira de uma série desenvolvida pelo Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A iniciativa do governo brasileiro contempla o terceiro Objetivo de Desenvolvimento Sustentável – “Saúde de qualidade” : assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar de todos, em todas as idades. O programa foi criado em 2013 com o objetivo de suprir a carência de médicos nos municípios do interior e nas periferias das grandes cidades brasileiras.

A Representação da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e da Organização Mundial da Saúde (OMS) no Brasil colabora com a iniciativa intermediando a vinda de médicos de Cuba para atuar em unidades básicas de saúde do país.

Segundo a publicação, um dos grandes desafios do Brasil era assegurar à população, assim como disposto em sua Constituição Federal, o acesso universal à saúde – considerando que grandes disparidades persistem e uma parcela considerável de pessoas ainda não tinha acesso a profissionais médicos.

Antes do programa, cinco estados brasileiros possuíam menos de um médico para cada mil pessoas, enquanto 700 municípios não dispunham de nenhum médico na atenção básica. Quase três anos após o início do Mais Médicos, foram preenchidas 18.240 vagas em 4.058 municípios e 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI).

A iniciativa também possibilitou que, pela primeira vez na história, 700 municípios localizados em áreas remotas do Brasil passassem a ter médico residente para atendimento na atenção básica. Dados do Ministério da Saúde brasileiro apontam que o Mais Médicos beneficia atualmente 63 milhões de pessoas.

De acordo com a publicação da ONU, o Programa Mais Médicos “ é potencialmente benéfico em qualquer país que decidisse adotá-lo” . Estados-membros da OPAS já demonstraram interesse em relação ao programa.





## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

29/06/2016 - Vermelho

# Temer agora quer elevar aposentadoria para 70 anos

Em muitos estados brasileiros, a expectativa de vida para homens não chega a 70 anos. Em Alagoas, Piauí e Maranhão, a esperança de vida projetada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por exemplo, é de 66 anos para os homens. No Brasil, a média é de 75 anos. Mesmo assim, subir a idade da aposentadoria para 70 anos está entre as propostas do presidente interino Michel Temer (PMDB) para reformar a Previdência.

A proposta inicial seria colocar a idade mínima para 65 anos, com elevação gradual até que em 2047, haveria uma única idade de aposentadoria, de 70 anos.

Ou seja, em muitos lugares do país, o cidadão médio vai trabalhar até morrer sem nunca se beneficiar de uma vida inteira de contribuição à Previdência Social.

Segundo informações do jornal Valor Econômico, a proposta de Temer também reduziria a diferença do tempo de contribuição entre homens e mulheres, que hoje é de 35 e 30 anos respectivamente.

Com isso, Temer desconsidera sobretudo os direitos de quem começou a trabalhar mais cedo, e portanto, tem mais anos de contribuição, e ignora que a jornada feminina é muito mais extensa do que a masculina, já que envolve jornadas duplas e triplas.

“Para iniciar a conversa, temos que lembrar que Michel Temer se aposentou aos 55 anos”, afirma Ivania Pereira, Secretária da Mulher Trabalhadora da Central de Trabalhadoras e Trabalhadores do Brasil



(CTB).

Para ela, antes de pensar em igualar a aposentadoria de homens e mulheres, deveria ser garantido a igualdade de direitos, o que ainda não ocorre. Pelo contrário, o governo golpista, composto só de homens velhos e brancos, extinguiu a Secretaria de Políticas para as Mulheres.

“Esse governo deveria estar preocupado em garantir a igualdade de direitos e aí no futuro poderíamos evoluir para igualar a aposentadoria”, afirma ela.

A jornada da mulher envolve diversas desigualdades, que vão desde as jornadas duplas e triplas, já que a mulher, além de historicamente ser responsável pelos trabalhos domésticos, ainda precisa de muito mais qualificação para os mesmos cargos exercidos pelos homens. “As mulheres não têm tempo de lazer, de sonhar, de escrever poesia”, afirma. “São homens brancos e machistas que querem igualar desiguais”.

Temer, no entanto, não quer mexer nos benefícios dos militares, que representam quase um terço dos aposentados e pensionistas do serviço público.

Desde que assumiu, o interino negocia com algumas centrais sindicais as mudanças na aposentadoria. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) se negaram.

O interino golpista extinguiu o Ministério da Previdência Social e transferiu as funções da pasta para o Ministério da Fazenda.

12/06/2016 - Rede Brasil Atual

## Sob governo de Temer, o país é para poucos

Cortes do governo interino no orçamento e golpes na Constituição limitam alcance do SUS, do Bolsa Família, do Minha Casa, Minha Vida e da educação pública

Segundo a visão de país expressa no documento Uma Ponte para o Futuro, do PMDB, apenas 10 milhões de brasileiros – os 5% mais pobres – devem ser alcançados pelo sistema de proteção social. Menos de duas semanas depois de “empossado”, o governo do presidente interino, Michel Temer, com

seu pacote de ajuste fiscal aprovado a toque de caixa pelo Congresso, golpeou de uma só canetada a saúde e a educação pública historicamente subfinanciadas e políticas recentes de distribuição de renda. Nas palavras da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), uma catástrofe para a sociedade, “menos para a elite rentista, preguiçosa e escravagista que ainda há no Brasil”.

Em seus primeiros dias à frente do Ministério da Saúde, o deputado federal licenciado Ricardo Barros (PP-PR) defendia o redimensionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) ao tamanho de seu orçamento. Nas entrelinhas, aventava mudanças, ou o fim, de programas como o Mais Médicos, o principal para o setor criado ainda na primeira gestão da presidenta afastada Dilma Rousseff. Único sistema público de acesso universal à saúde existente em país com mais de 100 milhões de habitantes e invejado por governantes de vários países, o SUS nunca esteve tão exposto ao perigo de extinção.

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) estima perdas entre R\$ 44 bilhões e R\$ 65 bilhões para o SUS já em 2017. Serão afetadas ações na atenção básica – como vacinas, medicamentos, controle de doenças,



Samu – e de média e alta complexidade – como procedimentos, exames, cirurgias, transplantes e UTI, inclusive nas Santas Casas que recebem repasses do SUS. O colegiado chama atenção para outra ameaça: a aprovação, em primeiro turno no Senado, do substitutivo à proposta de emenda à Constitui-

ção (PEC) que prorroga a Desvinculação das Receitas da União (DRU).

O mecanismo deixa o governo livre para usar como quiser parte dos impostos vinculados por lei a determinadas áreas, já instituídos ou que vierem a ser criados nos próximos quatro anos. Existe desde 1994 (com diversos nomes, mas com mesmo objetivo), sempre permitindo o manejo de 20% dos orçamentos. Pela proposta, porém, sobe para 30% o percentual de manobra pela União – estados, municípios e o Distrito Federal também terão essa prerrogativa.

O Conselho Nacional de Saúde protestou, já que havia defendido a ampliação dos recursos ao SUS por meio da Lei de Iniciativa Popular nº 321/2013, que cobra 10% das receitas correntes brutas da União, ou seu equivalente, para ações e serviços públicos de saúde. Pelas contas do CNS, a combinação de emendas à Constituição e projetos de lei em andamento, União, estados, Distrito Federal e municípios poderão tirar da saúde até R\$ 80 bilhões nos próximos sete anos.

Leia mais em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/118/sob-governo-de-temer-o-pais-e-para-poucos-5268.html>



13/06/2016 - RBA

## Fim das obras da Olimpíada deverá deixar até 30 mil sem emprego

Além das obras para as instalações esportivas, diversos outros projetos fizeram o Rio viver nos últimos anos uma "lua de mel" com o setor de construção civil, prestes a acabar

Início de junho, manhã de uma quarta-feira no centro do Rio de Janeiro. O saguão do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada começa a se encher de gente. Será assim ao longo do dia, durante o qual cerca de 100 trabalhadores recentemente demitidos farão suas homologações de rescisão de contrato. Com idades e procedências diversas, todas essas pessoas têm uma coisa em comum: estão sendo demitidas de projetos ligados direta ou indiretamente à realização da Olimpíada.

Os Jogos Olímpicos começarão oficialmente em 5 de agosto. Antes disso, a expectativa no setor é que o fim das obras signifique a falta de emprego para um universo de cerca de 30 mil trabalhadores da construção civil, aprofundando um processo de crise iniciado há dois anos.

Quando começarem a chegar à cidade, no final de julho, os quase 18 mil atletas e integrantes de comissões técnicas dos países que participarão da Olimpíada e da Paralimpíada estarão ocupando nos ginásios esportivos e alojamentos os lugares de um time que tornou os jogos possíveis, mas que sairá de cena justamente na hora da festa.

"Uma base de aproximadamente 30 mil trabalhadores se envolveu nesse processo da Copa e da Olimpíada desde o início das obras, em 2012. O número de demissões começou a crescer em 2014, foram quase 3 mil. E nós tivemos somente no ano passado 8,5 mil trabalhadores demitidos. Este ano, com dados consolidados até maio, estamos com cerca de 5 mil demitidos. Temos, portanto, um remanescente de cerca de 14 mil trabalhadores envolvidos nessas obras, mas a perspectiva é que a grande maioria também perca seu emprego ao fim dos projetos", diz o presidente do sindicato, Nilson Duarte Costa.

Leia mais em:



<http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/118/fecham-se-as-cortinas-6632.html>